



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0023428-45.2012.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Financiamento de Produto**  
 Requerente: **Guilherme Mantovani**  
 Requerido: **Banco Itaucard Sa**  
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

### CONCLUSÃO

Aos 17 de julho de 2014, faço estes autos  
 conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr.  
 Dr. **MILTON COUTINHO GORDO.**  
 Eu,....., esc., digitei e subscrevi.  
 Processo nº 2404/12

### VISTOS.

**GULHERME MANTOVANI** propôs a presente ação **REVISIONAL DE FINANCIAMENTO C.C. REPETIÇÃO DE INDÉBITO** em face do **BANCO ITAUCARD S/A.**

Segundo a inicial, na avença especificada há cobrança indevida de **TARIFA DE CADASTRO, TARIFA DE AVALIAÇÃO DE BENS, RESSARCIMENTO DE SERVIÇO DE TERCEIROS, GRAVAME ELETRÔNICO e TARIFA DE PROMOTORA DE VENDA.** Pede a procedência da ação para ver declaradas nulas as disposições abusivas e para que a requerida seja condenada a restituir em dobro do valor cobrado.

Devidamente citada (fls. 20-verso), a requerida apresentou contestação às fls. 22 e ss alegando que as tarifas cobradas estão previstas no contrato e ao assinar a avença o autor com elas concordou. No mais, rebateu a inicial, pontuou pela legalidade das cobranças e pediu a improcedência da ação.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Réplica às fls. 63 e ss.

As partes foram instadas a produzir provas (pelo despacho de fls. 80); o requerido pediu o julgamento antecipado da lide e o autor permaneceu inerte (fls. 81/82).

**É o RELATÓRIO.**

**DECIDO.**

Impõe-se o reconhecimento da prescrição reclamada na defesa.

O contrato foi firmado em 13/11/2009 (cf. fls. 15) e a ação **ajuizada apenas em 21/11/2012.**

A prescrição deve ser reconhecida “in casu”, até mesmo de ofício, como prevê o art. 269, IV do CPC.

Trata-se de típica demanda em que se busca repetição de pagamento entendido indevido, aplicável, no que, ao caso, interessa o art. 206, parágrafo 3º, IV do Código Civil, acrescido pela reforma de 2002 (Lei n. 10.406) e sem dispositivo correspondente no Código Civil de 1916.

Segundo a inicial o pagamento foi efetuado e agora o autor busca a “repetição”, a devolução, a pretexto da ocorrência de “abusividade”.

Assim, é de rigor, julgar extinta a demanda com a devida apreciação do mérito.

Cito como paradigma o Agravo Interno nº 70053664249, julgado



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

pela 10ª Câmara Civil do TJRGS em 15/05/13.

É também como venho decidindo em casos análogos apreciados pelo Colégio Recursal Local (apenas das últimas sessões podem ser citados os recursos 5726, 6018, 5823, 4982, 5871).

\*\*\*\*

Ante o exposto, **JULGO EXTINTA** a presente ação, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, IV, do CPC.

Sucumbente, arcará o autor com as custas, despesas do processo e honorários advocatícios que fixo em R\$ 724,00; deverá ser observado o que dispõe o art. 12 da LAJ, tendo em vista ser o autor beneficiário da justiça gratuita.

P.R.I.

São Carlos, 04 de agosto de 2014.

**MILTON COUTINHO GORDO**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**